

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

O PERÍODO QUE VAI DE CONSTANTINO A CARLOS MAGNO E SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO DA HISTÓRIA (*).

O autor destas poucas linhas preferiria ter dado ao seu trabalho um nome mais geral como: “Por um melhor agrupamento dos períodos históricos no estudo da Civilização Ocidental”. Mas, em primeiro lugar, não seria uma designação tão clara como o nome alemão **Periodisierung** (1) e, em segundo, podemos apenas concentrar-nos em um caso, ainda que este caso apresente uma pedra de toque das concepções históricas.

De certo modo poderá até parecer uma tarefa inútil, uma vez que o público leitor está naturalmente dividido em duas categorias: alguns vão opor uma tenaz resistência, a que se despreze a repartição tradicional e bem desenhada em certos períodos, como os aprenderam a conhecer desde a infância; enquanto que os outros — aquêles que já atravessaram a ponte que liga uma região claramente cortada por estradas estereotipadas para uma outra com atalhos que mostram o caráter real do cenário e da vegetação — acharão este artigo irrelevante e insuficiente. Digamos logo que o nosso escopo não é fazer pesquisa, nem ofuscar leitores com o brilho e a estranheza de uma nova concepção histórica (2). Mas, mesmo um assunto de educação, de **paideia**, pode ter algum interesse, especialmente quando este apêlo para se encontrar um sistema de ensinar mais convenientemente “esta velha matéria”, ressoa numa terra que passa por ser, aos olhos de muitos, como um país do futuro. Isto faz com que, imediatamente, surja um debate preliminar.

Inevitável, de fato, é a discussão entre a classe respeitável de homens que olham para a História do Novo Mundo como uma emigração contínua da Europa, ou da Civilização Ocidental — se a palavra fôr chocante demais — e o grupo, também respeitável, mas mais barulhento, que insiste no fato de que

(*) — Texto inglês traduzido por Maria Lúcia Carneiro (Nota da Redação).

(1). — Não há uma palavra inglesa que seja equivalente a este termo. Entretanto, a palavra portuguesa ‘periodização’ parece perfeitamente aceitável.

(2). — Todos que se aprofundaram neste campo de estudo devem lembrar-se perfeitamente de sua própria confusão quando tentaram achar seu caminho através dos trabalhos contraditórios como os de Santo Agostinho, Oswald Spengler, Arnold Toynbee, K. Jaspers, sem contar a prosa insípida de Alfred Rosenberg, teórica do nazismo, e o bloco maciço dos pensadores marxistas.

produto de cadinho não pode ser identificado com nenhum ingrediente e ainda mais que uma terra nova não deve perder o seu tempo estudando arquivos e arqueologia, até que haja um passado bastante antigo para ser História. Se os últimos têm razão, concentremo-nos no conhecimento dos fatos que têm o condão de exaltar nossos sentimentos nacionais e estimular o nosso desejo de construir o futuro no menor tempo possível, tornando-nos conscientes de que um povo que procura a grandeza já é grande (3). Para alguém sensibilizado pelos eventos históricos recentes na Europa é claro que levar esta idéia ao extremo conduz ao barbarismo. Mas, mesmo uma dose diluído dêste progressismo enganoso é suficientemente perigosa. Adultos sabem que a chave do seu comportamento presente pode ser achada com freqüência na sua infância, e a evolução da psicologia no último meio século aumentou consideravelmente esta experiência do senso comum. Uma nação, mesmo jovem, deve ter consciência do seu passado **real** (4), como um tronco está ligado por meio de milhares de fibras às suas raízes. E um modo de se evitar perder o contrôlo do futuro é dar às gerações vindouras a consciência de suas raízes.

Mas, nem com o primeiro grupo está toda a razão. Sua tese de “apenas uma transplantação” vai trazer aos lábios de muitos homens no Novo Mundo a parábola do vinho novo que dificilmente pode ser guardado nos odres velhos. Isto não pode ser negado: olhar para a História da Europa do outro lado do Oceano é diferente; como se a massa imensa d’água se tornasse uma nova lente. Não é difícil perceber que os estudantes na América escapam facilmente ao erro fundamental de julgar a História européia do ponto de vista dos conceitos nacionais. Temos de reconhecer que a reação contra esta estreiteza do pensamento, nos nossos dias, torna-se forte no Velho Mundo (5), porém há muitos remanescentes de concepções nacionalistas deixadas nos livros escolares e no ensino. Tarefa útil

(3). — Podemos citar, aqui, sem ironia, um paralelismo espantoso. Não está o General De Gaulle professando o mesmo credo, quase as mesmas palavras, quando diz a seu povo: ‘Les Français sont appelés à être un grand peuple, ils veulent l’être; ils les sont?’

(4). — O leitor que tiver a paciência de ler alguns dos autores citados na última nota dêste artigo notará quão diferente é isto do ensino patriótico para mentes estreitas, que sempre separa e nunca une.

(5). — Um grande número das mais brilhantes e inspiradas páginas da obra de Toynbee, *Estudo*, são um ataque maciço contra isto, como todo o mundo o sabe. O mais interessante a notar é o fato de que mesmo os detraçores mais amargos do grande historiador inglês, como o eminente professor holandês P. Geyl (pode-se ver no capítulo V-VIII do seu *Debates with historians*, N. Y., 1958), têm pouco que argüir contra a concepção de Toynbee sobre peritura regna ou estados paroquiais.

aqui, na América, a de estudar como prevenir mesmo os últimos traços daquela aberração no curso de nossa História geral. No momento, entretanto, estamos menos preocupados com isso do que com outra metamorfose da História, vista através de uma lente americana, metamorfose que pode ser chamada, a evanescência de fronteiras periódicas na História do Mundo Ocidental.

Para o estudante europeu comum, é ainda quase impossível escapar à divisão da História em: Antigüidade, Idade Média, Tempos Modernos e Contemporâneos. Isto é devido, em parte, na minha opinião, ao fato de êle localizar com grande espontaneidade a cena da chamada Antigüidade, em algumas cidades e países bem determinados e freqüentemente longínquos. A Grécia está muito longe, mesmo agora, para a grande maioria dos estudantes do curso secundário europeu (6). Outra razão pode ser esta: desde que se aprenda muito bem — bem demais — a procurar as raízes dos próprios sentimentos nacionais bem no princípio da Idade Média, a Antigüidade tem um distintivo bem claro: não é preciso ter em mente conceitos como a Espanha, França, Inglaterra, etc., e o professor nunca fala de “nosso” Péricles ou “nosso” Augusto, “nosso” sendo uma rosa que apenas cresce nos jardins nacionais.

No Novo Mundo já se examina os fatos de modo diferente. Os conceitos europeus sôbre distâncias provocam o riso, e os nascidos na América têm uma dificuldade real em entender a amargura das oposições nacionais. Para êles, muito naturalmente, e abstraindo-se da distorsão pelo ensino, a divisão mais conveniente da História Ocidental seria: o Período Antigo na Europa, e o Período Moderno com o desenvolvimento da civilização ao mesmo tempo na Europa e na América (ou em todo o mundo). Não é nosso propósito argumentar com êste sentimento espontâneo, mas pode nos ajudar a entender o que pretendemos fazer agora: isto é, testar cientificamente a classificação dos períodos históricos. Se os olhos mais distantes podem ver melhor e mais certo, como muitas vêzes acontece, falando-se científica-

(6). — Roma e grande número de monumentos do Império Romano ficam mais perto para os italianos, mas são êles os mais tentados a ‘adaptar’ a Antigüidade para sua estreita grandeza nacional de hoje. O impulso dado por Mussolini à pesquisa no campo da arqueologia clássica foi uma das coisas que mais fortaleceu o sentido real da Antigüidade clássica. Por outro lado, é necessário reconhecer a parte preponderante que tomaram nos estudos históricos os povos norte-europeus (Alemanha, Inglaterra, Norte da França, Holanda), para os quais a cena da Antigüidade ficou sendo apenas o fim de uma grande jornada. Há cem anos atrás, apenas poucos podiam seguir Goethe na sua longa viagem através da Itália e a maior parte tinha que contentar-se com as suas palavras: *Das Land der Griechen mit der Seele suchend.*

mente, temos tôdas as razões para reconsiderar o ensino histórico aqui no Novo Mundo.

De fato, a Antigüidade Greco-Romana oferece uma oportunidade única para que se entenda um período de civilização. A variedade, porém, de teorias e de pontos de vista que são escolhidos para explicar o espaço de tempo entre **circa** 800 a. C. — **circa** 400 d. C. mostra que isto não é fácil (7). Mas o que os programas escolares apresentam é um desolador amontoado de material de tôda a parte. Incluída no conteúdo da Antigüidade, encontramos a mais heterogênea reunião de tempos e pessoas: tudo que aconteceu antes da queda do Império Romano Ocidental (8) é suposto encontrar-se neste campo de investigações. E' claro que êste vasto acervo de peças diversas não pode ser o que Toynbee chama "um campo de estudos inteligível". Na realidade, pode-se observar imediatamente que algumas grandes civilizações humanas são sacrificadas. Geralmente, senão sempre, as civilizações da Ásia Oriental são deixadas de lado sem nenhuma explicação e apenas umas poucas mais afortunadas caem nas graças dos executores dêstes programas.

A **pièce de résistance** da Antigüidade é sempre a História Grega e Romana. A razão é suficientemente clara: além do fato de que esta parte da História humana é melhor conhecida e apresenta uma grande quantidade de documentos bem editados, todos que tentaram fazer entender nossa concepção de civilização e vida, de Dante a Toynbee (9) e de Montaigne a Murray (10) compararam nossa própria concepção às de Solon, Vergílio e Agostinho. Na situação atual, expor no mesmo curso a epopéia de Gilgamesh e o **De Civitate Dei** pode ser estímulo para

(7). — Gostaríamos de tornar claro aqui, que não pretendemos escolher entre nomes e diversas caracterizações da Antigüidade, pelo menos da Antigüidade Greco-Romana. Para E. Kornemann, por exemplo, é rigidamente a História da área Mediterrânea (*Weltgeschichte des Mittelmeerraumes, von Philipp II von Makedonien bis Muhammed*, Munique, 2 vols., 1948), ao passo que Toynbee aponta tendências espirituais e até religiosas como a chave para entender a civilização 'Helênica'. Entre os primeiros, que insistem numa área, e os últimos que acentuam o elemento puramente espiritual, há lugar para grande número de diferentes concepções.

(8). — Ou qualquer outro limite entre 313 e 800.

(9). — Ver a linha de inspirados filósofos religiosos. Dante, *De Monarch*, I, 16: "...quem (isto é, o novo poder de Augusto) Dei filius in salutem hominis hominem assumpturus, vel exspectavit, vel, cum voluit, ipse disposuit Toynbee, parte VII, *Universal Churches*, do seu *Study of History*.

(10). — Ver Montaigne (para quem a Antigüidade apresenta interessante série de modelos para o comportamento humano), *Essais*, I, 26, *De l'institution des enfants*. Murray leu suas conferências sobre *Hellenism* (v. *Greek Studies*, Oxford, 1948, pp. 1-22, esp. pp. 16, 18 e 20) nas dramáticas semanas do princípio de 1941.

a inteligência de poucos (e espanto para o professor ao ver que no exame, outros chegam a confundi-los), mas, do ponto de vista pedagógico, admita-se que o homem não pode juntar o que a História tão claramente separou. E, também, assim pensamos, não se pode separar sem argumentos fortes o que estiver visivelmente junto, por exemplo, o tempo entre 300 e 800 d. C. Fazendo isto haverá outra recompensa: um conhecimento mais sério da história bizantina (11), outro período sacrificado pela falta de compreensão, e pela chamada falta de tempo. A vantagem pedagógica de ligar-se mais firmemente a Antigüidade e o verdadeiro princípio da nossa História européia não é nada enfraquecida pelas investigações modernas neste campo de estudo. Longe disto. Uma curta explicação dêste novo modo de ver será a última parte de nossas considerações sôbre o assunto.

O dano maior foi causado por uma aliança de tendências inteiramente a-históricas. Em primeiro lugar, havia os filólogos-humanistas para falar sôbre a **media et infima latinitas**, designando por êste têrmo de algum modo depreciativo a literatura latina do século IV ao XV, no fim do qual os homens cultos resumiram a antiga língua na sua forma mais clássica. Devia ter permanecido como têrmo meramente literário; mas, no século XVII d. C. Cellarius o aplicou a tôda a História, criando, dêste modo, os têrmos Antigüidade e Idade Média. Temos que chamar de acaso funesto para o pensamento histórico êste rótulo inadequado que teve tão bom acatamento da parte de todos. O sentimento de uma ruptura profunda entre um período belo e humanístico com língua tersa e uma idade negra de séculos “perdidos” foi então consideravelmente fortalecida. Isto acarretou a idéia de que a Antigüidade devia **morrer**, como homens amáveis que se foram. Agora, a idéia de um **mundus senescens** estava presente às mentes de alguns Padres que adquiriram autoridade absoluta na Idade Média, como Agostinho, Gregório I, Isidoro de Sevilha (12). Mas nem por isto tinham uma como consciência da decadência da sua própria civilização, uma espécie de mentalidade “fim de século”. Os historiadores, entretan-

(11). — Afortunadamente, nos meios dos estudiosos, passou o tempo (mas não frequentemente nas escolas) de uma autoridade como Edward Gibbon poder confessar abertamente seu desprêzo pela cultura bizantina. Chr. Dawson (*The making of Europe*, p. 81ss.) entretanto achou muito fácil reconhecer a contribuição desta cultura para a construção da Europa, e alguns, indo ainda mais longe, incluem o estado Osmanli na História da Europa (N. Jorga). Parece ainda mais surpreendente que A. Toynbee considere o Estado Turco como o Estado Universal da Civilização Cristã Ortodoxa. E' difícil segui-lo nesta última afirmação.

(12). — E' necessário proclamar aqui que Gregório I ou Isidoro, que viveram depois da queda do Império Romano Ocidental, nem sequer pure-

to, uma vez que se verificou a morte, julgaram-se capazes, como bons médicos, de achar a causa exata e o momento certo em que a morte ocorreu. A data de 476 d. C., sendo um fato político simples, conta com grande número de adesões. Benedetto Croce conta-nos a respeito de seu professor que, com senso teatral inegável, declarava que a êste momento a cortina da História baixava, escondendo a Antigüidade, para levantar-se imediatamente de modo a se poder ver a primeira cena da Idade Média. Desprezando o efeito dramático, tenho a intuição de ser esta a impressão de grande número de meus contemporâneos quando se chega ao fim da Antigüidade. Dificilmente posso acreditar que esta “explicação” tenha desaparecido do ensino. A data fácil de 476 d. C., entretanto, foi desafiada por outras, igualmente insuficientes para explicar tôda a fileira de alterações. Há entre muitas, a data que viu a mudança radical do estado jurídico do Cristianismo, enquanto outros insistem nas datas nas quais se exprimem o fim de evoluções econômicas ou novas divisões administrativas.

Mas datas não explicam bem a energia da evolução contínua. Realizando isto, os historiadores evidenciaram as chamadas forças de decomposição. Dar à nova religião dominante a responsabilidade da queda de Roma é um argumento velho. Os que já tomaram conhecimento de E. Gibbon devem lembrar-se da sua tese de que o Império morreu vítima do Cristianismo e dos bárbaros (13). Com o apogeu da laicização, é muito comum atribuir simplesmente tôda a culpabilidade à nova religião, e historiadores liberais dão às vêzes um tom sentimental às suas palavras quando falam do antigo pensamento pagão, tão claro e sem problemas. Encontram um aliado fora do comum em F. Nietzsche para quem o Cristianismo é uma fraqueza notável no corpo da civilização. Mas os aliados mais inesperados, são talvez os historiadores do pensamento cristão — e não em último lugar, os católicos — que pensam ser

ram sonhar com a morte de sua civilização ou estado. Para êles, o Império Romano estava vivo, o Imperador de Constantinopla tendo todos os direitos de reclamar a sucessão de Augusto e de Constantino I. Para um entendimento real da *senectus mundi*, ver Huebinger P. E., *Spätantike und frühes Mittelalter*, p. 9. Para os Padres, a última *aetas mundi* tinha começado com o reconhecimento do Cristianismo pelo Império Romano. Nada nesta concepção trai uma consciência de decadência e de morte.

(13). — A. Piganiol, *L'empire chrétien*, p. 422, exprime-se conseqüentemente quando declara: “La civilisation romaine n'est pas morte de sa belle mort. Elle a été assassinée”.

a idéia de “antigüidade cristã” quase uma contaminação à transcendência da nova fé (14).

Como resultado de tudo isto, os três (ou até cinco) séculos limítrofes da Antigüidade e da Idade Média, tiveram que esperar tempo bem recente para encontrar uma apreciação menos injusta. Foi necessário que algumas grandes autoridades em diferentes campos do saber se libertassem desta noção errônea. Entre muitas tendências novas, mencionemos apenas o novo interesse na arte dos primórdios do Cristianismo e na bizantina, agora espalhada pelo mundo em edições luxuosas e coleções de clichês (15). Tarefa muito mais difícil, e ainda não concluída, é a de compreender melhor a língua e literatura grega e latina neste período. Da parte Ocidental e Latina, um grande mérito é devido a E. R. Curtius com a sua **Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter**, traduzida em diversas línguas (16). A erudita holandesa, Christine Mohrman, é meritória pelo mesmo motivo (17) e a lista dos interessados no assunto torna-se cada vez maior, ao que parece. Esta vitória de uma nova compreensão é ainda mais auspiciosa quando interpreta-se como um definitivo revide ao classicismo puritano, que tanto provocou desrespeito pela sua arrogante ufanía.

Ao findarmos aqui nossa exposição das tendências científicas da **Periodisierung**, sabemos bem que exibimo-nos, pela própria brevidade da exposição, como um alvo fácil para objeções (18). Entretanto, voltemos ao ponto de partida, que era a dificuldade para um “olho trans-oceânico” de enxergar a cortina que nossos mestres de História nos dizem ter caído entre a Antigüidade e a Idade Média. Houve uma transformação terrificante se processando nas últimas décadas do Império Romano Ocidental e os primeiros séculos da chamada Idade Média. Mas, a única cortina que pode ser aceita cientificamente é uma que seja de qualidade bem transparente, a qual, a dado momento,

(14). — P. E. Huebinger, op. cit., pp. 20 e 21.

(15). — Nem todas são sistemáticas e bem planejadas como W. F. Volbach e M. Hirmer, *Frühchristliche Kunst*, Munique, 1959.

(16). — Incl. o português, ed. Rio de Janeiro, 1957. (Biblioteca Científica Brasileira, série B, X).

(17). — Especialmente com o *Vigiliae christianae*. Ver também H. I. Marrou, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. *Retractatio*, Paris, 1949, pp. 660-677: “C'est sur ce problème (isto é: é Agostinho um autor decadente?) que j'aurai le plus à rétracter”.

(18). — Serão bem recebidos desde que capazes de provocar a discussão de novos argumentos, que envolvem nomes tão fascinantes como H. I. Marrou, N. H. Baynes, A. Toynbee, H. Pirenne, O. Halecki (e muitos mais); melhores votos de boas vindas lhes daremos, desde que possamos aprender, como sempre, nestas objeções, muito mais sobre este período e seus problemas.

caía no palco, tornando o cenário e os atores apenas um pouco esmaecidos — e fascinantes! — durante algum tempo e que logo, nas luzes dos bastidores, torne-se cada vez mais transparente até que tôdas as lâmpadas do palco estejam novamente acesas em todo o seu esplendor.

Não faríamos, pois, com muito boas razões, justiça a alguns períodos que, situados na intersecção das fôrças que modelaram nosso mundo, estão quase completamente negligenciados? Um melhor entendimento dêstes períodos não patentear-se-á importante num país onde a integração em nossa civilização de inúmeros desterrados da cultura e os contactos necessários com outras civilizações estão entre os problemas mais urgentes? Fazendo isto, não será útil reconsiderar o curso tradicional da história antiga com suas dificuldades causadas por elementos heterogêneos? Repensar também o tradicional curso da Idade Média com seu enxame confuso de novos ingredientes que parecem jogados de uma vez de um céu desconhecido ao iniciar-se a história européia. Com êste propósito, consideremos terminantemente a Civilização Mediterrânea (ou Helênica ou Greco-Romana) como parte ou genitora de nossa própria História e deixemos as outras civilizações para um curso especial; pelo menos mais destaque demos ao período que forma a ponte mais importante que conduz à nossa civilização Ocidental.

Ao principiar êste artigo, salientamos que aqui na América, fomos os últimos a ver a razão de fazer abismos entre nacionalidades e entre períodos. Não podemos ser os primeiros a dar mais sentido ao nome de Nossa História e fechar finalmente a brecha, mesmo no nosso ensino **prático**, entre os dois Imperadores que receberam o apelido de Grandes, entre Constantino e Carlos Magno?

Pe. CARL LAGA

Doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Lovaina (Bélgica) e Professor de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (Estado de São Paulo).